

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

1º QUADRIMESTRE DE 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

REALIZADA EM 25/05/2021

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 1º. Quadrimestre de 2021 demonstrado somente a Comissão Permanente de Economia e Finanças ,devido o estado de Calamidade Pública decorrente da Pandemia do COVID-19, realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais publicados no mural, jornal e internet e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumpre informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no primeiro e no segundo bimestre de 2021.

1. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capitais, excluídas as deduções para o FUNDEB e da Lei Complementar nº. 91/97 foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2021 no montante de R\$ 23.138.798,00. A receita efetivada no período de janeiro a abril de 2021 foi de R\$ 7.569.962,31 tendo sido arrecadado, portanto, 32,72% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 7.712.932,67, constante na programação financeira, que considerou as reestimativas de receitas, demonstra-se um **déficit** de 1,85%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado **negativo** das receitas de corrente e de capital , conforme se pode visualizar no quadro a seguir:

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (LOA)	Programado no Período	Realizado no Período	% Real. Ano	% Real. Período
1 – Receitas Correntes	20.942.998,00	6.980.999,33	7.060.426,12	33,71	101,14
Receita Tributária	1.598.588,00	532.862,66	398.807,40	24,95	74,84
Receita de Contribuições	700.000,00	233.333,33	164.172,80	23,45	70,36
Receita Patrimonial	1.090.000,00	363.333,33	165.980,72	15,23	45,68
Receita Agropecuária	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	167.450,00	55.816,66	20.599,76	12,30	36,90
Transferências Correntes	17.315.760,00	5.771.920,00	6.295.210,64	36,36	109,06
Outras Rec. Correntes	71.200,00	23.733,33	15.654,80	21,99	65,96
2 – Receitas de Capital	31.000,00	10.333,33	600,48	1,94	5,81
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	28.300,00	9.433,33	197,80	0,70	2,10
Amort. de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Outras Rec. De Capital	2.700,00	900,00	402,68	14,91	44,74
3-Rec Intra- Orçament.	2.165.000,00	721.666,66	508.935,71	23,51	70,52
Total da Receita	23.138.798,00	7.712.932,66	7.569.962,31	32,72	98,15

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (janeiro a abril/2021), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 6.980.999,33. Os valores realizados corresponderam a R\$ 7.060.426,12, **acima** de 1,14% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas Tributárias e as Transferências Correntes, que figuraram, respectivamente, com 5,65% e 89,16% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o **mal** desempenho das Receita Tributaria e Transferências Correntes, que apresentaram variação **negativa**, respectivamente em relação ao previsto para o período.

1.1. Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 398.807,40 que confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 532.862,66 representa uma realização de 74,84 % da projeção para o período e 24,95% do valor estimado para o ano.

A arrecadação do **IPTU** equivaleu-se a 30,09% da previsão anual, ou seja, o ingresso previsto para o ano foi de R\$ 342.188,00 tendo sido arrecadado R\$ 102.981,89. A arrecadação dessa receita foi impactada **positivamente**, mesmo não alcançando a meta pela implantação da cobrança dos impostos vencimento no mês de junho, com concessão de descontos para pagamento à vista.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - **ITBI** - para o qual foram projetados R\$ 300.000,00, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 68.664,17 , **22,89%** do valor estabelecido para todo o ano de 2021. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações podem ser comprovadas com o inexpressivo número de guias de transmissão emitidas.

Em relação ao **ISS**, a arrecadação no período foi de R\$ 64.684,72, o que representa **15,89%** do valor total de R\$ 407.000,00 ,orçado para o período. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se à implementação de uma política de combate à sonegação de impostos bem como a atualização da legislação municipal face às alterações provocadas pela Lei Complementar nº. 116/2003.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 15.571,98 contra uma projeção anual de R\$ 54.000,00. Arrecadou-se, portanto, 28,84% da meta anual.

QUADRO 2 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real.
Impostos	1.544.588,00	383.235,42	24,81
IRRF	495.000,00	146.904,64	29,68
IPTU	342.188,00	102.981,89	30,09
ITBI	300.000,00	68.664,17	22,89
ISS	407.000,00	64.684,72	15,89
Outros Impostos	400,00	0,00	0,00
Taxas	54.000,00	15.571,98	28,84
Taxas p/ Insp., Controle e Fiscalização	44.000,00	13.046,95	29,65
Taxas p/ Prestação de Serviços	10.000,00	2.525,03	25,25
Total das Receitas Tributárias	1.598.588,00	398.807,40	24,95

1.2 Transferências Correntes

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – **FPM** –, que realizou R\$ 2.782.245,09 no período, correspondendo a **36,89%** da projeção anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação **positiva** referente às transferências aos Estados e Municípios.

A Compensação Financeira da Lei Complementar nº. 176/2020 – **Lei Kandir** –houve arrecadação de R\$ 70.090,48 no período analisado.

QUADRO 3 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Realiz.
Transferências da União	9.318.760,00	3.312.169,52	35,54
Cota parte do FPM	7.542.000,00	2.782.245,09	36,89
Cota Parte ITR	200.000,00	8.340,14	4,17
Cota Parte CFEM	65.000,00	19.640,19	30,21
Cota Parte FEP	125.000,00	50.915,95	40,73
PAB - Parte Fixa	336.000,00	141.468,94	42,10
Custeio –Atenção Básica	204.000,00	51.500,00	25,24
Transferências SUS Especializada	326.700,00	52.500,00	16,07
Transferência Vig Saude	40.000,00	12.614,55	31,54
Transf SUS – Assist Farm	24.300,00	8.488,68	34,93
Transf SUS – Gestão SUS	40.000,00	5.433,74	13,58
Transferências do FNAS	94.160,00	8.938,36	9,49
Transferências do FNDE	321.600,00	99.993,40	31,09
OutrasTransfer da União Lei 176/2020	0,00	70.090,48	0,00
Transferências do Estado	5.290.000,00	1.907.917,39	36,06
Cota Parte do ICMS	4.240.000,00	1.485.227,08	35,02
Cota Parte do IPVA	256.000,00	160.801,48	62,81
Cota Parte do IPI / Exportação	60.000,00	19.441,23	32,40
Cota Parte CIDE	18.000,00	1.709,42	9,50
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	496.000,00	232.711,83	46,92
Transf .de Convênio	220.000,00	8.026,35	3,65
Transferências de Inst Privadas	7.000,00	0,00	0,00

Por força da Lei nº. 10.866, de 04/05/04, o Governo Federal deu cumprimento ao acordo celebrado com os Estados e Municípios, no sentido de destinar aos Estados e Municípios, para aplicação em infra-estrutura de transportes, 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE - Combustíveis, estabelecidos a partir da edição da Emenda Constitucional nº. 42, de 19 de dezembro de 2003. Com a Emenda Constitucional nº. 44, de 30 de junho de 2004, esse percentual foi elevado para 29%. Dos valores repassados ao Estado, 25% são destinados aos Municípios, com base no índice de participação no ICMS que, no caso do Município é 0,057022 em 2021 era 0,057844 em 2020. As transferências desses recursos ao Município, até o mês de abril, somaram R\$ 1.485.227,08.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujo valor transferido ao Município, no período em análise, foi de R\$ 1.485.227,08 correspondendo a 35,02% da expectativa anual, que foi de R\$ 4.240.000,00

Na receita da Cota Parte IPVA, para um valor projetado de R\$ 256.000,00 ocorreu uma realização de R\$ 160.801,48, resultando 62,81 % do projetado para o ano.

1.3 - Transferências do FUNDEB

Particularmente no tocante ao FUNDEB, conforme demonstrado no referido demonstrativo, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o município foi superavitário em relação ao FUNDEB. Assim, o ganho, foi computado nos gastos com a educação para fins de apuração de limites. Cabe ainda destacar que, de acordo com o artigo 26 da Lei Federal 14.113/2020, que uma parcela não inferior a 70 % do total recebido desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município dispendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 546.877,75 o que corresponde a 50,79 % dos recursos do referido fundo.

QUADRO 4– TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS X REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Realiz.
Valores Recebidos do FUNDEB	2.700.000,00	1.075.123,73	39,81
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.887.000,00	1.114.013,72	38,59
Perdas/Ganhos com o FUNDEB	-187.000,00	-38.889,99	20,80

1.4 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 1.03 % do previsto para o exercício.

QUADRO 5 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Ano	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas de Capital	31.000,00	600,48	1,94
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	28.300,00	197,80	0,70
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,0
Outras Receitas de Capital	2.700,00	402,68	14,91

2. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total Liquidada, no período de Janeiro a Abril de 2021, totalizaram R\$ 5.953.683,81,00 valor equivalente a 78,09% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 5.072.358,89, correspondendo a 86,89% da projeção de R\$ 5.837.829,14.

QUADRO 6 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real./ Progr.
(1) Receita Total	7.712.932,66	7.569.962,31	98,15
Despesa Liquidada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	6.386.478,95	5.073.054,44	79,43
Pessoal e Encargos Sociais	4.110.106,66	3.471.501,30	84,46
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,0
Outras Despesas Correntes	2.276.372,28	1.601.553,14	70,35
Despesas de Capital	538.659,64	194.003,59	36,01

Investimentos	433.659,64	90.657,76	20,90
Amortização da Dívida	105.000,00	103.345,83	98,42
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,0
Reserva do RPPS	761.000,00	0,0	0,0
Despesas intra-orçamentárias	716.833,33	664.182,71	92,65
(2) DESPESA TOTAL	8.304.638,59	5.931.240,74	71,42
	-591.705,93	1.638.721,57	
Resultado Orçamentário (1-2)			
Relação Despesa/Receita (2 / 1)	107,67	78,5	

Com relação ao pagamento da dívida pública - juros e amortização - **não houve** variação significativa em comparação ao valor previsto.

As despesas de capital totalizaram R\$ 194.003,59 , o que corresponde a 36,01% do previsto para o período, demonstrando que a aplicação em investimentos foi **inferior** ao inicialmente projetado.

Os gastos com saúde, conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, atingiram o montante de R\$ 991.190,19 , o que corresponde a 16,65%.

Sobre a Receita Líquida de Impostos e transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15 % estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

3. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira **foram** atendidos, evidenciando, assim, a **desnecessidade** de ajustes na execução orçamentária para fins de atingimento das metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Clauci Marilda Machado Neves

Secretária da Fazenda

Thaise da Cunha Santos

Contadora

CRC/RS 080164/O-1